

O fracasso do México, lição para o Brasil

Agora é oficial: apesar de ter feito todas as concessões possíveis e imagináveis aos banqueiros internacionais e ao FMI, o México não vai dispor de empréstimos novos para investir e executar seus programas de crescimento econômico. O que aconteceu com o México vai exigir muita reflexão por parte do futuro Governo brasileiro — e também de suas elites empresariais, que têm insistido em submeter o Brasil às regras dos credores, alegando ser esse o caminho para acelerar o desenvolvimento e superar os problemas da economia.

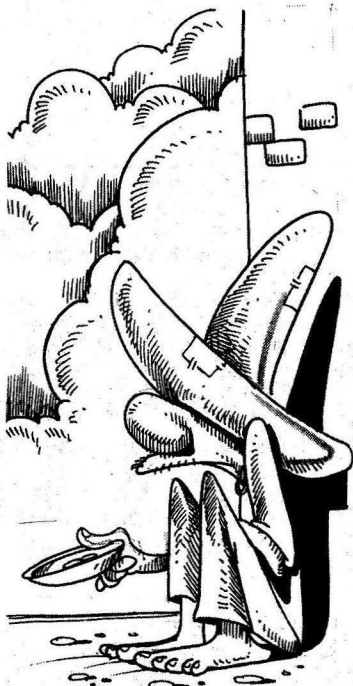
Será mesmo? Desde 1982, o México já vinha promovendo mudanças radicais em sua economia, dentro da política dita "neoliberalizante", apregoada por Reagan e Thatcher e induzida pelo FMI e demais credores. Venda de estatais e empresas em geral, (muitas vezes, através de matreiras operações de conversão da dívida externa); abertura de mercados; ofertas de novos incentivos a multinacionais; e extinção de limites às importações (mesmo de produtos superfluos), com torra de dólares. Estas são algumas das diretrizes da política econômica que o México utilizou à larga.

Mesmo após a eleição de seu novo Presidente, desde o começo do ano, o México tentava obter, sem êxito, novos empréstimos dos bancos internacionais (seus credores), contando até com a ajuda dos Estados Unidos, empenhados em ver o México resolver seus problemas e que, por isso mesmo, desenvolviam toda sorte de pressões junto aos banqueiros. Em meados do ano, o Governo mexicano estava ficando terrivelmente desgastado perante a opinião pública, na medida em que havia feito grandes concessões e não havia recebido nada em troca, ainda.

A Casa Branca deu, então, um ultimato aos banqueiros, exigindo uma saída: ela veio, sob a forma de um acordo que permitiria ao México reduzir significativamente a sua dívida externa. Apresentado com grande alarde pela imprensa, o acordo não passava de uma jogada, como esta coluna procurou apontar para salvar a cara dos Governos dos EUA e do México. Ele não trazia nenhum compromisso novo dos bancos, representando mera carta de intenções: cada banco tomaria sua própria decisão, dentro de determinado período, podendo adotar (ou não) a opção que desejasse: reduzir o valor da dívida, reduzir o valor dos juros, ou emprestar mais dinheiro para o México.

Passados quase seis meses, o México contabilizou agora a resposta dos bancos: apenas 8% deles se dispõem a fazer novos empréstimos ao país. E as operações de redução da dívida não passarão da faixa de US\$ 7 bilhões, ou menos de 10% do montante total do endividamento mexicano. Moral da história: nem mesmo para países endividados que se submetem às suas regras, os bancos estão dispostos a conceder empréstimos, neste momento.

O fenômeno é muito mais amplo do que se supõe. No primeiro semestre do ano, mais de 95% dos empréstimos dos bancos internacio-



nais foram canalizados para os próprios países ricos, em fase de intensa prosperidade há anos. Some-se a isso outro dado: exatamente por causa do ciclo de crescimento dos países ricos, suas empresas têm preferido investir, ampliar fábricas, associar-se a empresas de outros países ricos. Eles estão absorvendo mais de 80% dos investimentos externos.

No caso específico do Japão, além dos investimentos em outros países ricos, é bom lembrar que, desde meados da década de 70, com o final da guerra do Vietnã, os japoneses decidiram estreitar o relacionamento econômico com os próprios países asiáticos, iniciando-se as gestões para a formação de um mercado comum na região. E este o cenário mundial para o qual o novo Governo deve atentar, para poder traçar corretamente a sua política econômica.

Todas as estatísticas internacionais relativas aos últimos anos mostram que não adianta, neste momento, acreditar em forte entrada de dólares no País, sob a forma de empréstimos ou investimentos. É um engano (e um engodo, para ludibriar a opinião pública) as afirmações de que as multinacionais e os banqueiros reduziram suas operações com o Brasil, e chegaram a remeter dólares de volta para o exterior, por causa da nova Constituição, ou da inflação, ou do avanço das esquerdas nas últimas eleições. Tudo balela. O que existe é uma tendência mundial, de retração dos bancos e multinacionais em relação aos países endividados da América Latina.

Assim, será uma grande besteira o Brasil continuar oferecendo vantagens às multinacionais, na expectativa de que elas aumentem seus investimentos no País. É preciso fazer o contrário, isto é, dar-lhes o mesmo tratamento dispensado às empresas nacionais — pois quem tiver interesse real pelo mercado brasileiro virá de qualquer forma, sem necessidade de atrativos extras.

Da mesma forma, as operações de conversão da dívida, algumas delas simplesmente escandalosas, e a planejada venda de estatais devem ser reestudadas, para que não ocorram mais a toque de caixa, estabelecendo regras que sugerem negociatas, com prejuízos ao País. Acima de tudo, porém, é preciso repensar todo o modelo econômico, na medida em que os dólares tão prometidos não chegarão aos cofres do País, para financiar o seu crescimento.